



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

RELATÓRIO DO MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA – 2018

Em 2017, a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, nos termos do inciso II do art. 48 do Regimento Interno instituiu, por meio do Requerimento de Comissão nº 1.267/17, o Grupo de Trabalho de Fiscalização Orçamentária da Segurança Pública em Belo Horizonte para acompanhar, de forma constante e estruturada, os Programas relacionados à área de Segurança e seus respectivos informes divulgados quadrimestralmente pelo Poder Executivo na prestação de contas do município.

A iniciativa se propõe, portanto, a examinar se a atividade governamental atendeu à finalidade pública, à legislação e aos princípios básicos aplicáveis ao setor público. O empenho do Grupo de Trabalho prosseguiu para o exercício de 2018, com a aplicação da mesma metodologia de análise composta por quatro fases:

1. Diagnóstico;
2. Auditoria de Conformidade;
3. Auditoria Operacional;
4. Resultados.

O Grupo de Trabalho, entretanto, remodela a última etapa, que passa a ser intitulada “Encaminhamentos para a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção”. A atualização objetiva apresentar propostas concretas ao Poder Executivo para aprimorar os mecanismos de planejamento governamental, os níveis de informações divulgadas na prestação de contas da Prefeitura e a prestação de serviços no âmbito da Segurança Pública Municipal. Desta forma, o Legislativo contribui para otimizar o gasto de recursos públicos e aperfeiçoar a função fiscalizatória pertinente à atividade da vereança, que deve avaliar permanentemente a gestão e as ações do Prefeito.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1. DIAGNÓSTICO

O Diagnóstico é o estágio que delimita os Programas objeto de análise do Grupo de Trabalho. Assim como em 2017, foram selecionados todos os Programas cuja unidade orçamentária coube à Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção e o Programa Serviços de Iluminação Pública (84), o qual, embora seja executado pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, é de suma importância para o desempenho das políticas de Segurança Pública. Belo Horizonte, historicamente, é mais perigosa nas áreas menos iluminadas. O mapeamento de Zonas Quentes de criminalidade do município coincide com regiões de iluminação precária. A iluminação adequada e criteriosa dos logradouros públicos melhora a visibilidade e inibe a prática de crimes que atentam contra os munícipes e o patrimônio público.

A manutenção do critério de seleção dos Programas para o escopo do trabalho em 2018 evidenciou alterações no planejamento da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção no âmbito de todos os Programas selecionados. Em relação ao Programa “Serviços de Iluminação Pública” (84), nenhuma alteração foi observada.

A comparação entre os Programas analisados em 2017 e 2018 (Quadro 1) apresenta os Programas, Ações e Subações do PPAG 2014-2017 contrastados com aqueles contidos no PPAG 2018 – 2021 dispostos para possibilitar a equiparação nos três níveis de planejamento. O destaque em azul indica a continuidade do item, seja pela manutenção do código de referência, da nomenclatura ou semelhança desta. Aqueles sem destaque não apresentaram correspondência suficientemente conclusiva para serem classificados como continuados.

Observa-se, comparativamente ao PPAG 2014 – 2017, a alteração de nomenclatura de todos os Programas, a manutenção de algumas Ações e Subações e, por outro lado, a descontinuidade de determinadas Subações.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

QUADRO 1 – COMPARAÇÃO ENTRE OS PROGRAMAS ANALISADOS EM 2017 E 2018

PPAG 2014-2017			PPAG 2018-2021					
PROGRAMA	AÇÃO	SUBAÇÃO	PROGRAMA	AÇÃO	SUBAÇÃO			
Gestão da Segurança Pública e Patrimonial (109)	Articulação da Política de Segurança Urbana (2802)	Articulação da Política de Segurança Urbana	Operacionalização dos serviços de segurança (109)	Gestão da Política de Segurança e Prevenção (2802)	Implantação da Política de Segurança e Prevenção			
		Ampliação das ações do Gabinete de Gestão Integrada Municipal			Escotismo na GMBH			
		Escotismo na GMBH						
	Operacionalização da GMBH (2803)	Operacionalização da GMBH		Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte (2803)	Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte (2803)	Operacionalização da GMBH		
		Controle, Fiscalização e Orientação do Trânsito				Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Saúde		
	Operacionalização da GMBH na Área da Saúde (2820)	Operacionalização da GMBH na Área da Saúde				Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Educação		
	Operacionalização da GMBH na Área da Educação (2821)	Operacionalização da GMBH na Área da Educação				Operações Especiais da GMBH		
	Capacitação e Reciclagem da Guarda Municipal de Belo Horizonte (2791)	Capacitação e Reciclagem da Guarda Municipal de BH				Reciclagem de Instrução de Armamento e Tiro	Capacitação em Estágio de Qualificação Profissional GMBH (2791)	Equipamentos de Proteção Individual
		Reciclagem de Instrução de Armamento e Tiro						Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de BH
		Gerenciamento do Centro de Operações do Município – COP						Promoção de Eventos Culturais de Interação com os Cidadãos
Gestão da Mobilidade Urbana (60)	Gerenciamento do Centro de Operações do Município – COP (2897)	Gerenciamento do Centro de Operações do Município – COP	Belo Horizonte Cidade Inteligente (302)			Gestão Integrada do COP-BH (2897)	Gerenciamento do Centro de Operações do Município - COP	
							Implantação de Soluções Tecnológicas	
							Desenvolvimento e Implementação de Protocolos de Atuação Integrada	
					Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas			



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

QUADRO 1 – COMPARAÇÃO ENTRE OS PROGRAMAS ANALISADOS EM 2017 E 2018 (continuação)

PPAG 2014-2017			PPAG 2018-2021		
PROGRAMA	AÇÃO	SUBAÇÃO	PROGRAMA	AÇÃO	SUBAÇÃO
Prevenção da Violência (242) - Projeto Sustentador	Ampliação de Câmeras de Videomonitoramento em Equipamentos Públicos (1334)	Instalar Sistema de CFTV nas Escolas Municipais	Belo Horizonte Cidade Inteligente (302)	Videomonitoramento (1334)	Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em Equipamentos Municipais
		Instalar Sistema de CFTV em Equipamentos de Saúde			Implantação de Videomonitoramento na Cidade
	Instalação de Câmeras de Videomonitoramento em Vias Públicas (1391)	Ampliação do Videomonitoramento da Cidade			Manutenção de Pontos de Videomonitoramento
		Ações de Prevenção à Violência (2881)	Identificação de situação de maus-tratos contra animais	Prevenção Social à Criminalidade (242)	Ações de Prevenção Social à Criminalidade (2881)
	Programa Construindo o Futuro de Nossos Jovens		Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas		
	Reativação do Fórum Metropolitano de Segurança		Prevenção à Violência nas Escolas		
	Projeto Conselheiros Comunitários - Monitoramento de				
	Implementação da Cultura de Paz e da Não-violência nas				
	Observatório de Prevenção Social				
	Programa de Educação para a Cidadania				
	Programa Rede pela Paz				
	Campanhas de Integração das Atividades de Ação Comunitária e Intervenção Familiar ao Programa Fica Vivo				
	Revitalização de Áreas Públicas Degradadas pelo Uso e Venda de Drogas				
	Criação de Câmaras Temáticas nas Regionais, vinculadas ao Gabinete de Gestão Integrada				
	Elaboração do Plano Municipal de Prevenção Social da Violência e Segurança				
Ações Educativas de Prevenção ao Envolvimento com Gangues					
Implantação da Central de Operações da Cidade (1355)	Manutenção da Central de Operações da Cidade				

Fonte: Elaboração do Grupo de Trabalho.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O diagnóstico finaliza com a definição do escopo de fiscalização da execução do orçamento em 2018 com a seleção dos seguintes Programas:

(109) Operacionalização dos serviços de segurança;

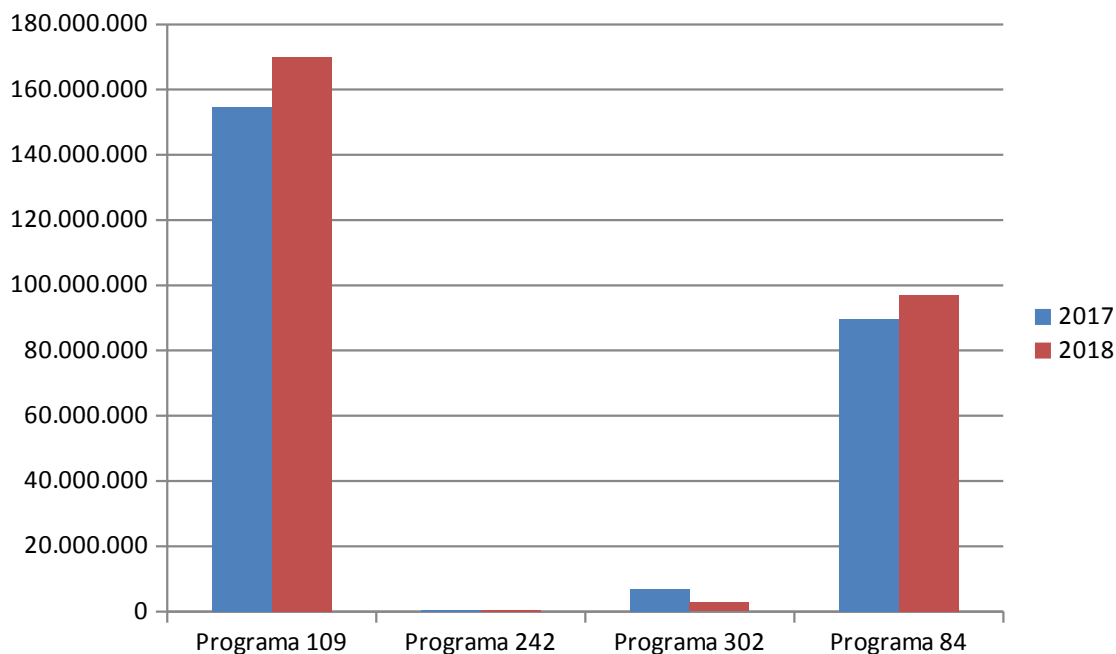
(242) Prevenção Social à Criminalidade;

(084) Serviços de Iluminação Pública;

(302) Belo Horizonte Cidade Inteligente.

A análise comparativa da previsão orçamentária dos exercícios de 2017 e 2018 denota aumento de 9% (nove por cento) para “Operacionalização dos serviços de segurança” (109) e 8% (oito por cento) para “Serviços de Iluminação Pública” (84). Os programas “Prevenção Social à Criminalidade” (242) e “Belo Horizonte Cidade Inteligente” (302) apresentaram um decréscimo de 30% (trinta por cento) e 61% (sessenta e um por cento) respectivamente, conforme ilustra o gráfico I.

GRÁFICO 1 – ANÁLISE COMPARATIVA DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2017 E 2018



Fonte:

Elaboração própria.

A discrepância entre os valores estimados para cada Programa decorre da concentração do Gasto com Pessoal no Programa 109.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Os Programas definidos pelo diagnóstico amparam a elaboração do Mapa de Monitoramento da Política de Segurança Pública – 2018 (Tabela II), que elenca os Programas, suas respectivas Ações e Subações, meta física e a previsão orçamentária.

QUADRO II – MAPA DE MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA - 2018

PROGRAMAS DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA - 2018			META FÍSICA		ORÇAMENTO	
PROGRAMA	AÇÃO	SUBAÇÃO	PREVISTA	PRODUTO	PREVISTO	
Operacionalização dos serviços de segurança (109)	Gestão da Política de Segurança e Prevenção	Implantação da Política de Segurança e Prevenção	Indisponível	Meta Administrativa	6.466.245	
	Capacitação em Estágio de Qualificação Profissional GMBH	Realização do Estágio de Qualificação Profissional na GMBH	2.072	Servidor capacitado	1.032.152	
	Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte		Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte	120.000	Equipamento público atendido	131.927.516
			Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito	130	Via atendida	Indisponível
			Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Saúde	Indisponível	Meta Administrativa	13.890.000
			Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Educação	Indisponível	Meta Administrativa	14.955.000
			Operações Especiais da GMBH	700	Ordem de serviço executada	Indisponível
			Equipamentos de Proteção Individual	2.072	Guarda equipado	1.486.723
			Escotismo na Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH	460	Criança / adolescente atendido	78.000
			Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de BH	100	Atividade realizada	3.000
Promoção de Eventos Culturais de Interação com os Cidadãos	130	Evento realizado	3.000			
Total do Programa Operacionalização dos serviços de segurança (109)					169.841.636	
Prevenção Social à Criminalidade (242)	Ações de Prevenção Social à Criminalidade	Prevenção à Violência nas Escolas	9	Território atendido	262.000	
		Prevenção à Criminalidade Juvenil	9	Programa implantado	53.000	
		Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas	9	Núcleo implantado	53.000	
Total do Programa Prevenção Social à Criminalidade (242)					368.000	
Belo Horizonte Cidade Inteligente (302)	Gestão Integrada do COP-BH	Gerenciamento do Centro de Operações do Município - COP	Indisponível	Meta Administrativa	2.348.924	
		Implantação de Soluções Tecnológicas	4	Solução implantada	10.000	
		Desenvolvimento e Implementação de Protocolos de Atuação Integrada	4	Simulado realizado	Indisponível	
		Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas	18	Território monitorado	50.000	
	Videomonitoramento		Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em Equipamentos Municipais	120	Equipamento público atendido	101.000
			Implantação de Videomonitoramento na Cidade	185	Ponto com videomonitoramento	201.000
Manutenção de Pontos de Videomonitoramento			336	Equipamento mantido	3.000	
Total do Programa Belo Horizonte Cidade Inteligente (302)					2.713.924	
Serviços de Iluminação Pública (84)	Controle das Operações de Iluminação Pública	Controle das Operações de Iluminação Pública	Indisponível	Meta Administrativa	75.997.300	
		Ampliação de Redes de Iluminação Pública	Indisponível	Meta Administrativa	21.040.200	
Total do Programa Serviços de Iluminação Pública (84)					97.037.500	
Previsão orçamentária total dos Programas da Política de Segurança Pública					269.961.060	

Fonte: Elaboração do Grupo de Trabalho.

O orçamento previsto para atender os quatro Programas totaliza R\$ 269.961.060,00 (duzentos e sessenta e nove milhões, novecentos e sessenta e um mil e sessenta reais), montante

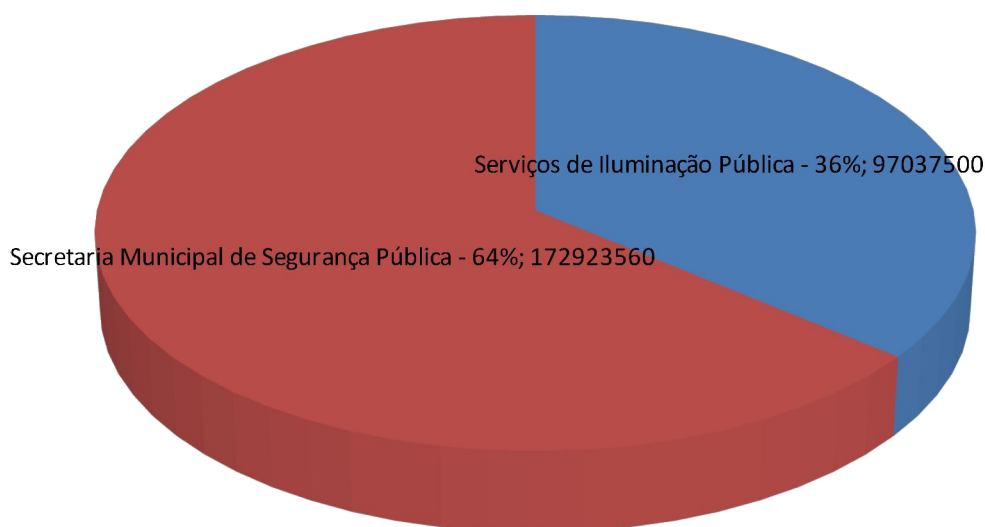


CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

correspondente a, aproximadamente, 2% (dois por cento) da previsão orçamentária global do município, sendo cerca de 7% (sete por cento) superior à previsão do ano anterior, cuja quantia prevista foi R\$ 251.767.716,00 (duzentos e cinquenta e um milhões, setecentos e sessenta e sete mil e setecentos e dezesseis reais).

Coube à Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção a execução de R\$ 172.923.560,00, (cento e setenta e dois milhões, novecentos e vinte e três mil, quinhentos e sessenta reais) correspondente a 64% (sessenta e quatro por cento) do orçamento total, enquanto R\$ 97.037.500,00 (noventa e sete milhões, trinta e sete mil e quinhentos reais, equivalente a 36% (trinta e seis por cento), foram alocados para o Programa Serviços de Iluminação Pública (84) (gráfico II).

GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA



Fonte: Elaboração própria.

O orçamento previsto é distribuído por 23 (vinte e três) Subações e cada uma delas foi objeto de análise do Grupo de Trabalho de Fiscalização Orçamentária da Segurança Pública.

2. AUDITORIA DE CONFORMIDADE

A Auditora de Conformidade sucedeu a fase de Diagnóstico, expressando a investigação da execução orçamentária em confronto ao preconizado pela Prefeitura em seu planejamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ao longo do ano o Executivo despendeu o recurso orçado e, quadrimestralmente, publicou em seu site o montante utilizado e as metas físicas atingidas. A partir de tais informações o Grupo de Trabalho elaborou o Mapa de Monitoramento Final (Quadro III) para a realização da Auditoria de Conformidade, que abarcou o exame sistemático das execuções de metas físicas e orçamentárias, previstas e realizadas, verificando sua congruência ao longo do ano.

A Auditoria Operacional, motivada pelos resultados da Auditoria de Conformidade, materializou seus questionamentos por meio de Requerimentos de Comissão expedidos pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor. Os Requerimentos cobraram do Executivo as três premissas básicas da fiscalização legislativa:

1. Transparência na forma como o recurso é despendido;
2. Clareza tanto na medição dos resultados quanto das ações executadas;
3. Qualidade do gasto.

O Requerimento de Comissão 864/2018 (Anexo I) se refere ao primeiro quadrimestre e foi parcialmente atendido pelo Ofício SMSP/GP nº 275/2018, uma vez que 13% (treze por cento) dos tópicos não foram respondidos de forma elucidativa. Os Requerimentos de Comissão 212/2019 (Anexo II) e 250/2019 (Anexo III) objetivaram esclarecer as respostas superficiais da Prefeitura e expuseram dúvidas oriundas da prestação de contas final do exercício 2018. Até o dia 22/05/2019, data da finalização deste relatório, a Prefeitura não encaminhou resposta ao primeiro Requerimento. O Ofício SMSP/GP nº 119/2019 atendeu apenas 57% (cinquenta e sete por cento) dos questionamentos encaminhados pelo Requerimento 250/2019.

O Grupo de Trabalho utilizou o valor liquidado apresentado na prestação de contas da Prefeitura como referência para a execução orçamentária total no exercício de 2018.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

QUADRO III – MAPA DE MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA FINAL 2018

PROGRAMAS DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA - 2018			META FÍSICA			ORÇAMENTO			
PROGRAMA	AÇÃO	SUBAÇÃO	PREVISTO	REALIZADO	%	PREVISTO	REALIZADO	%	
Operacionalização dos serviços de segurança (109)	Gestão da Política de Segurança e Prevenção	Implantação da Política de Segurança e Prevenção	Indisponível	Indisponível	Indisponível	6.466.245	7.839.769	121,24%	
	Capacitação em Estágio de Qualificação Profissional GMBH	Realização do Estágio de Qualificação Profissional na GMBH	2.072	1677	80,94%	1.032.152	677.930	65,68%	
	Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte		Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte	120.000	148.881	124,07%	131.927.516	129.676.544	98,29%
			Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito	130	99	76,15%	Indisponível	Indisponível	Indisponível
			Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Saúde	Indisponível	Indisponível	Indisponível	13.890.000	13.805.370	99,39%
			Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Educação	Indisponível	Indisponível	Indisponível	14.955.000	16.003.767	107,01%
			Operações Especiais da GMBH	700	1345	192,14%	Indisponível	Indisponível	Indisponível
			Equipamentos de Proteção Individual	2.072	2.212	106,76%	1.486.723	1.630.177	109,65%
			Escotismo na Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH	460	456	99,13%	78.000	5.350	6,86%
			Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de BH	100	120	120,00%	3.000	0	0,00%
		Promoção de Eventos Culturais de Interação com os Cidadãos	130	24	18,46%	3.000	0	0,00%	
Prevenção Social à Criminalidade (242)	Ações de Prevenção Social à Criminalidade	Prevenção à Violência nas Escolas	9	1	11,11%	262.000	12.238	4,67%	
		Prevenção à Criminalidade Juvenil	9	1	11,11%	53.000	958	1,81%	
		Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas	9	1	11,11%	53.000	5.520	10,42%	
Belo Horizonte Cidade Inteligente (302)	Gestão Integrada do COP-BH	Gerenciamento do Centro de Operações do Município - COP	Indisponível	Indisponível	Indisponível	2.348.924	894.135	38,07%	
		Implantação de Soluções Tecnológicas	4	0	0,00%	10.000	0	0,00%	
		Desenvolvimento e Implementação de Protocolos de Atuação Integrada	4	4	100,00%	Indisponível	Indisponível	Indisponível	
		Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas	18	6	33,33%	50.000	0	0,00%	
	Videomonitoramento		Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em Equipamentos Municipais	120	0	0,00%	101.000	0	0,00%
			Implantação de Videomonitoramento na Cidade	185	0	0,00%	201.000	145.750	72,51%
			Manutenção de Pontos de Videomonitoramento	336	268	79,76%	3.000	0	0,00%
Serviços de Iluminação Pública (84)	Controle das Operações de Iluminação Pública	Controle das Operações de Iluminação Pública	Indisponível	Indisponível	Indisponível	75.997.300	59.921.339	78,85%	
		Ampliação de Redes de Iluminação Pública	Indisponível	Indisponível	Indisponível	21.040.200	21.120.369	100,38%	
Previsão orçamentária total dos Programas da Política de Segurança Pública						269.961.060	251.739.215	93,25%	

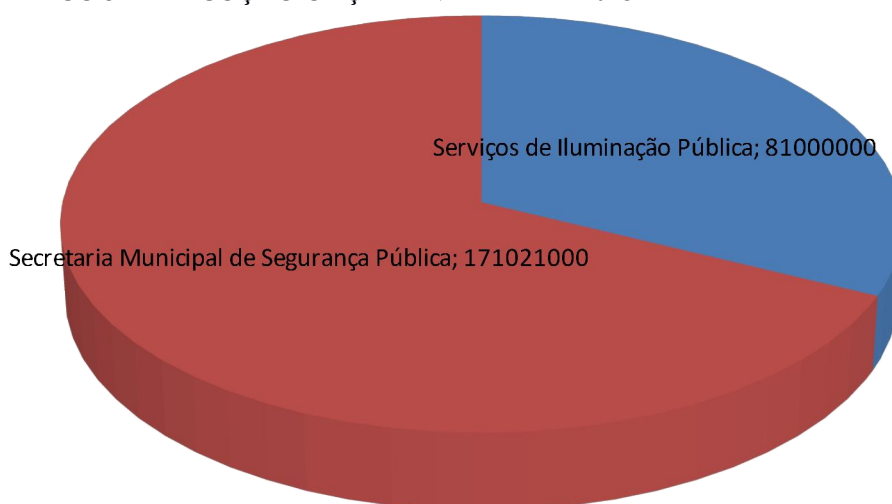
Fonte: Elaboração do Grupo de Trabalho.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O Mapa de Monitoramento da Política de Segurança Pública Final – 2018 aponta a execução de cerca de R\$ 251.000.000,00 (duzentos e cinquenta e um milhões de reais), sendo R\$ 171.021.000,00 (cento e setenta e um milhões e vinte e um mil reais) pela Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, ou seja, 68% (sessenta e oito por cento) do orçamento, enquanto os Serviços de Iluminação Pública (84) consumiram 32% (trinta e dois por cento), correspondentes a R\$ 81.000.000,00 (oitenta e um milhões de reais) conforme exposto no Gráfico 3.

GRÁFICO 3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2018



Fonte: Elaboração própria.

A análise quadrimestral dos Demonstrativos da Execução de Metas Fiscais e do Relatório Analítico da Execução Orçamentária revelou a existência de metas genéricas que inviabilizam a mensuração da eficiência, entendida como a responsabilidade de assegurar a utilização máxima dos recursos para poder atingir determinado nível de resultado ou serviço; e efetividade, compreendida como a capacidade de produzir resultados com efeitos reais.

As Metas Administrativas denotam que a Prefeitura, na verdade, não possui meta, indicando a fragilidade de sua construção. Desta forma, 47% (quarenta e sete por cento) do orçamento executado distribuídos por sete Subações (Quadro 4) não puderam ser contrastados com o atingimento de objetivos previamente estabelecidos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A Prefeitura não estabeleceu o custo das Subações “Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito” e “Operações Especiais da Guarda Municipal de Belo Horizonte – GMBH” e não previu nenhum recurso orçamentário para elas.

QUADRO 4 – SUBAÇÕES COM FALHAS CRÍTICAS DE PLANEJAMENTO

PROGRAMAS DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA - 2018	META FÍSICA	ORÇAMENTO
SUBAÇÕES	%	%
Implantação da Política de Segurança e Prevenção	Meta Administrativa	121,24%
Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito	Via atendida	Indisponível
Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Saúde	Meta Administrativa	99,39%
Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Educação	Meta Administrativa	107,01%
Operações Especiais da Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH	Ordem de serviço executada	Indisponível
Controle das Operações de Iluminação Pública	Meta Administrativa	78,85%
Ampliação de Redes de Iluminação Pública	Meta Administrativa	100,38%

Fonte: Elaboração própria.

Em 2018 o Executivo executou R\$ 251.739.215,00 (duzentos e cinquenta e um milhões, setecentos e trinta e nove mil e duzentos e quinze reais) do orçamento, ou seja, 93% (noventa e três por cento) do valor previsto. Percentual próximo à execução do ano anterior, quando havia sido observada a execução de 92% (noventa e dois por cento), correspondente a R\$ 232.995.231,00 (duzentos e trinta e dois milhões, novecentos e noventa e cinco mil, duzentos e trinta e um reais).

O Mapa de Monitoramento da Política de Segurança Pública Final – 2018 apresenta faróis de conformidade: o farol verde corresponde à execução acima de 80% do planejado, o amarelo aponta alcance entre 40% e 80%, enquanto o vermelho destaca cumprimento abaixo de 40%. Os faróis destacam tanto as metas físicas, quanto o orçamento planejado. Onze das vinte e três Subações executadas pela Prefeitura – ou seja, 48% (quarenta e oito por cento) – apresentaram execução orçamentária inferior à 40% do orçamento previsto.

O Gráfico 4 ilustra a alocação dos R\$ 170.936.000,00 (cento e setenta milhões, novecentos e trinta e seis mil reais) executados pela Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção:

- Gasto com Pessoal: R\$ 162.600.000,00 – 95,12% (o montante considera as seguintes naturezas de despesa: Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil, Obrigações



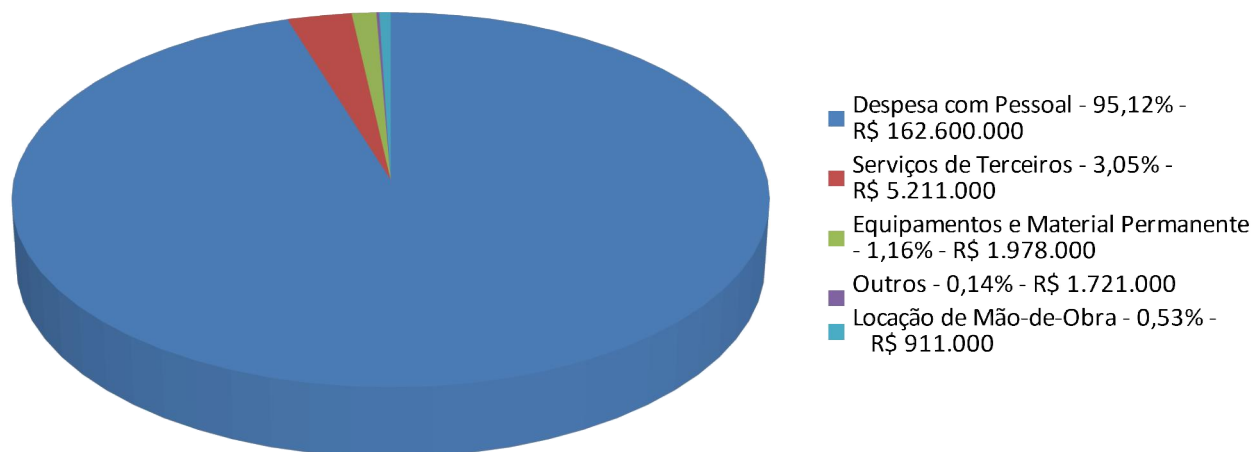
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Patronais, Contribuições, Diárias – Civil, Auxílio Alimentação, Auxílio-Transporte e Indenizações e Restituições);

- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: R\$ 5.211.000 – 3,05% ;
- Equipamentos e Material Permanente: R\$ 1.977.000,00 – 1,16%;
- Locação de Mão-de-Obra: R\$ 911.000,00 – 0,53%
- Outros: R\$ 237.000,00 – 0,14% (a somatória inclui as naturezas de despesa:

Material de consumo, Outros serviços de terceiros – Pessoa Física, Despesas de Exercícios Anteriores, Material de Distribuição Gratuita e Outros Auxílios Financeiros à Pessoa Física);

GRÁFICO 4 – ALOCAÇÃO DO ORÇAMENTO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E PREVENÇÃO



Fonte: Elaboração própria.

A seguir, cada Programa será analisado até a Natureza de despesa definida pelo Executivo, último nível do gasto disponibilizado pela Prefeitura para consulta pública.

2.1. OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA (109)

O Programa “Operacionalização dos Serviços de Segurança” é composto pelas Ações “Gestão da Política de Segurança e Prevenção”, “Capacitação em Estágio de Qualificação Profissional GMBH” e “Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte”.

A avaliação do Relatório Comparativo do Orçamento com Execução Analítico (Tabela 1) aponta que o Programa concentra todo o Gasto com Pessoal da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção. Considerando que 95% (noventa e cinco por cento) do orçamento



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

executado pela Secretaria é destinado para tal gasto, a centralização deste em apenas um Programa explica o contraste da alocação dos recursos entre os demais.

TABELA 1 – RELATÓRIO ANALÍTICO DO PROGRAMA OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA

NATUREZA DE DESPESA	ORÇADO	LIQUIDADO	%
Gasto Com Pessoal	158.703.632	162.599.883,23	102,46
Locação De Mão-De-Obra	440.000	345.888,38	78,61
Equipamentos E Material Permanente	2.336.694	1.828.782,30	78,26
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	6.751.677	4.893.428,50	72,48
Material De Consumo	1.609.633	30.346,22	1,89
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	0	46.494,54	-
Material De Distribuição Gratuita	0	3.837,00	-
Despesas De Exercícios Anteriores	0	1.467,14	-
TOTAL	169.841.636	169.750.127,31	99,95

Fonte: Elaboração própria.

A Relação de remuneração e benefícios do quadro geral da PBH - Dezembro 2018, disponível no portal da PBH, aponta a seguinte distribuição dos servidores da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção (SMSP):

TABELA 2 – ALOCAÇÃO DOS SERVIDORES DA SMSP

CATEGORIA	Nº	%
Operacional geral	1582	77,10
Operacional na área de Educação	210	10,23
Operacional na área de Saúde	184	8,97
Subinspetores	52	2,53
Gestão e coordenação	24	1,17
Total	2052	100

Fonte: Elaboração do Grupo de Trabalho

2.1.1. Ação Gestão da Política de Segurança e Prevenção

A Ação “Gestão da Política de Segurança e Prevenção” contém a Subação “Implantação da Política de Segurança e Prevenção”, cuja meta física estabelecida fora “Meta Administrativa”, com a previsão orçamentária estimada em R\$ 6.466.245,00 (seis milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, duzentos e quarenta e cinco reais).



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A análise do Relatório Comparativo do Orçamento com Execução Analítico da Subação em questão (Tabela 3) revela execução de R\$ 7.851.632,21 (sete milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, seiscentos e trinta e dois reais e vinte e um centavos), valor que excede o estimado em 21% (vinte e um por cento), acréscimo provocado, principalmente, pelo Gasto com Pessoal, que ultrapassou a quantia planejada em 23% (vinte e três por cento). O Requerimento de Comissão nº 212/2019 questionou o motivo da superação do gasto e não obteve resposta.

TABELA 3 – RELATÓRIO ANALÍTICO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA E PREVENÇÃO

NATUREZA DE DESPESA	ORÇADO	LIQUIDADO	%
Gasto Com Pessoal	6.026.000	7.407.311,50	123
Material De Consumo	28.910	30.346,22	104,97
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	381.335	374.011,86	98,08
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	0	38.495,49	-
Despesas De Exercícios Anteriores	0	1.467,14	-
Equipamentos E Material Permanente	5.000	0,00	0,00
TOTAL	6.441.245	7.851.632,21	121,90

Fonte: Elaboração própria.

No Requerimento de Comissão nº 864/2018 o Grupo de Trabalho questionou quantos servidores estariam abarcados pela despesa com Gasto de Pessoal nesta subação, mas, novamente, não recebeu resposta.

Por meio do Ofício SMSP/GP nº 275/2018 a Prefeitura informou que a previsão de R\$ 381.335,00 (trezentos e oitenta e um mil e trezentos e trinta e cinco reais) visou o custeio dos seguintes itens:

FIGURA 1 – DETALHAMENTO DE OUTROS SERVIÇOS – PESSOA JURÍDICA DA SUBAÇÃO IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA E PREVENÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Serviço de Confeção em Geral (Chaves/Carimbo)	R\$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais)
Serviços de Energia Elétrica (CEMIG)	R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)
Serviços de Água e Esgoto (COPASA)	R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)
Serviços de Telecomunicações (Oi e Claro)	R\$ 5.004,00 (cinco mil e quatro reais)
Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos (Recarga de Extintores)	R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos (Serviços de Impressão – Stoque)	R\$ 41.004,00 (quarenta e um mil e quatro reais)
Condomínio (pagamento da taxa de condomínio do edifício Bolsa de Valores – Sede da SMSP)	R\$ 49.077,00 (quarenta e nove mil e setenta e sete reais)
Locação de Veículos (Coopertur e M&E Aluguel de Carros)	R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais)
TOTAL	R\$ 381.335,00 (trezentos e oitenta e um mil, trezentos e trinta e cinco reais)

Fonte: Ofício SMSP/GP nº 275/2018

Observa-se o dispêndio com as naturezas “Outros Serviços de terceiros – Pessoa Física” e “Despesas de Exercícios Anteriores”, embora não tenham sido previstas no planejamento, assim como a ausência de execução do orçamento previsto com “Equipamentos e Material Permanente”.

O Requerimento de Comissão nº 212/2019 solicitou o detalhamento das despesas com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física, mas não recebeu a resposta.

2.1.2. Ação “Capacitação em Estágio de Qualificação Profissional GMBH”

A Ação “Capacitação em Estágio de Qualificação Profissional GMBH” é composta pela Subação “Realização do Estágio de Qualificação Profissional na GMBH”, cuja meta física estabelecida fora 2.072 (dois mil e setenta e dois) servidores capacitados com a previsão orçamentária estimada em R\$ 1.032.152,00 (um milhão, trinta e dois mil, cento e cinquenta e dois reais) apenas para o pagamento de “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”.

Foram executados cerca de R\$ 678.000,00 (seiscentos e setenta e oito mil reais), equivalentes a 65% (sessenta e cinco por cento) do orçamento previsto para a capacitação de 1.677 (mil seiscentos e setenta e sete) servidores, número que corresponde a 81% (oitenta e um por cento) da meta física estabelecida.

O Requerimento de Comissão nº 864/2018 questionou o Executivo acerca do curso de capacitação, solicitando sua ementa, as áreas de qualificação e o contrato celebrado com a empresa responsável em orientar o curso, uma vez que a única despesa executada fora para “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”. Em resposta, foi dada a seguinte informação:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A Capacitação e Reciclagem da Guarda Municipal de Belo Horizonte é realizada utilizando-se os meios logísticos disponíveis, ministrada preferencialmente por corpo docente composto por agentes da própria instituição, **sem custo adicional**. (Ofício SMSP /GP nº 275/2018, grifo do autor).

Na página seguinte do mesmo Ofício, foi informado que “há contratação de empresa para ministrar a referida capacitação”. Além de se contradizer, o Executivo não respondeu objetivamente a nenhum dos questionamentos encaminhados e os gestores responsáveis não compareceram à convocação feita pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor para prestar os devidos esclarecimentos.

O Requerimento de Comissão nº 212/2019 solicitou o detalhamento do gasto de R\$ 677.929,82 (seiscentos e setenta e sete mil, novecentos e vinte e nove reais e oitenta e dois centavos) com “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”, mas o Executivo não apresentou resposta.

2.1.2. Ação “Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte”

A Ação Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte apresenta nove das onze Subações previstas para o Programa “Operacionalização dos serviços de segurança”.

Foi previsto para a Subação “Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte” o montante de R\$ 131.927.516,00 (cento e trinta e um milhões, novecentos e vinte e sete mil, quinhentos e dezesseis reais) e a meta física de 120.000 (cento e vinte mil) Equipamentos públicos atendidos. A meta física foi extrapolada em 24% (vinte e quatro por cento), com a execução de 98% (noventa e oito por cento) do orçamento previsto. Contudo, a Prefeitura contabilizou os Patrulhamentos Preventivos Realizados para aferir o atingimento da meta, falha de planejamento exposta na Oitiva realizada no dia 04 de julho de 2018, na 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, que poderia ter sido retificada para o orçamento de 2018. Apesar de tardia, a Prefeitura propôs, para o exercício de 2019, revisão da meta para Patrulhamento Preventivo Realizado.

A análise do Relatório Comparativo do Orçamento com Execução Analítico da Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte (Tabela 4) revela a concentração de 77% (setenta e sete por cento) do Gasto com Pessoal de toda a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, bem como tímida execução do orçamento previsto para Equipamentos e Material Permanente e Material de Consumo. A Subação também abarca o custeio com



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

“Material de Distribuição Gratuita” e “Outros Serviços de terceiros – Pessoa Física”, embora não tenham sido previstos valores para tais naturezas.

TABELA 4 – RELATÓRIO ANALÍTICO DA OPERACIONALIZAÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

NATUREZA DE DESPESA	ORÇADO	LIQUIDADO	%
Gasto Com Pessoal	123.832.632	125.383.434,28	101,25
Locação De Mão-De-Obra	440.000	345.888,38	78,61
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	5.270.190	3.836.136,82	72,79
Equipamentos E Material Permanente	1.029.694	272.962,50	26,51
Material De Consumo	1.355.000	45.708,85	3,37
Material De Distribuição Gratuita	0	3.837,00	-
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	0	7.999,05	-
TOTAL	131.927.516	129.895.966,88	98,46

Fonte: Elaboração própria.

No Requerimento de Comissão nº 864/2018, o Grupo de Trabalho questionou quantos servidores estavam abarcados pela despesa com Gasto de Pessoal nesta Subação, mas não recebeu resposta.

Por meio do Ofício SMSP/GP nº 275/2018 a Prefeitura informou que a natureza de despesa “Locação de Mão de Obra” se refere:

“ao contrato de Locação de Serviço de Conservação e Limpeza com a empresa MGS”. A despesa com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica “trata-se de gastos com os seguintes serviços: Energia Elétrica (CEMIG), Serviços de Telecomunicações (Oi e Claro), Serviços Gráficos (Confecção de Placas e Aquisição de Capas de Processo), Locação de Veículos (Apoio e Estrela), Outros Serviços de Terceiros PJ (Avaliação Psicológica para GMBH – Empresa Perspectiva)”. (Ofício SMSP /GP nº 275/2018)

A despesa com “Equipamentos e Material Permanente”, por sua vez, objetivou a aquisição de “58 Armas de Choque, com dispositivo Elétrico Incapacitante, SPARK Z 2.0 e 01 Equipamento de Coleta de Dados, Datakit Wi-Fi, DZ 2.0, a serem utilizadas pela Guarda Municipal em sua rotina operacional.” Até o primeiro quadrimestre de 2018 a Prefeitura executou R\$ 29.694,00 (vinte e nove mil, seiscentos e noventa e quatro reais) com os equipamentos descritos. Embora questionado, o Executivo não detalhou a utilização dos R\$ 243.268,50 (duzentos e quarenta e três mil, duzentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos) liquidados nesta natureza de despesa.

O gasto com “Material de Consumo” compreende os seguintes materiais: Material de Escritório (Papel A4), Material Elétrico e Eletrônico (Lâmpadas e Reatores), Material de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Limpeza e Produção de Higienização (Protetor Solar), Material para Segurança Urbana (Espargidor), Peças e Acessórios para Equipamentos e Outros Materiais Permanentes, além de Outros Materiais de Consumo, conforme informado no Ofício SMSP/GP nº 275/2018.

Embora solicitado o detalhamento com as despesas “Material de Distribuição Gratuita” e “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”, a Prefeitura não encaminhou resposta.

A Subação “Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito”, ao apresentar a meta física de 130 (cento e trinta) vias atendidas sem prever orçamento para despesas, sugere que a Prefeitura lança atividades em seu planejamento tão somente para cumprir o preenchimento de uma planilha, atendendo ao que parece considerar ser apenas uma formalidade. Tanto a meta física quanto a previsão orçamentária desta Subação aparentam ser irrelevantes no âmbito orçamentário.

A Subação “Operações Especiais da Guarda Municipal de Belo Horizonte – GMBH” executou 1.345 (mil trezentos e quarenta e cinco) ordens de serviço sem o dispêndio de nenhum recurso. Ora, se o Executivo não consegue apropriar o custo desta prestação de serviço, não faz sentido alocá-la em uma linha do orçamento.

A Prefeitura não especificou em que consiste cada tipo de operação especial, quais os seus objetivos e como foi estimada a meta física. Pela resposta apresentada pela Prefeitura no Ofício SMSP/GP nº 275/2018, são consideradas "operações especiais" formas de atuação da GMBH muito diversas entre si. Na prática, a meta escolhida (ordens de serviço executadas) não é um parâmetro adequado para avaliação do serviço. Afinal, a realização de um alto número de operações especiais é um sinal positivo ou negativo da situação da Segurança Pública na cidade?

Tanto a Subação “Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito”, quanto a “Operações Especiais da Guarda Municipal de Belo Horizonte – GMBH”, assim, não apresentam resultado prático de suas execuções e a Prefeitura não sabe informar quanto elas custam.

As Subações “Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Saúde” e “Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Educação”, por sua vez, também



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

apresentam as mesmas características: ausência de meta física planejada e orçamento previsto apenas para Gasto com Pessoal. Enquanto a primeira executou praticamente todo o orçamento previsto com Gasto de Pessoal, a segunda excedeu o gasto em cerca de 7% (sete por cento) – ou seja, R\$ 1.049.000,00 (um milhão e quarenta e nove mil reais) a mais que o planejado.

O Grupo de Trabalho questionou a justificativa técnica para a separação operacional do efetivo da Guarda Municipal na Saúde e na Educação e para a distribuição quantitativa do efetivo. Surpreendentemente recebeu a resposta de que as despesas estão relacionadas ao “pagamento de vale-transporte dos Guardas Municipais que atuam nos próprios municipais da área de Saúde” e ao “pagamento de vale-transporte e salário dos Guardas Municipais que atuam nos próprios municipais da área da Educação”. A resposta da Prefeitura parece então revelar um total desconhecimento de seu próprio planejamento, que, em ambas as Subações, previu recursos para salários, obrigações patronais, auxílio-alimentação e auxílio-transporte.

Inegável observar que a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, quando deixa de responder quais os critérios técnicos estruturais para a alocação do Orçamento nestas Subações, demonstra a fragilidade de seu planejamento – ou até mesmo a falta dele – e o absoluto descaso para prestar contas à Câmara Municipal.

Tendo em vista a informação apresentada na Relação de remuneração e benefícios do quadro geral da PBH - Dezembro 2018 (Tabela I) e a distribuição do Gasto com Pessoal na Saúde e na Educação, teoricamente a Prefeitura apresenta uma alocação de cerca de 9% (nove por cento) do Pessoal da Guarda Municipal para os equipamentos de Saúde e 10% (dez por cento) para os equipamentos de Educação. Entretanto, em março de 2019 a Prefeitura anunciou o efetivo de 80 (oitenta) Guardas para atender ao Projeto “Patrulha SUS”, número inferior, portanto, ao averiguado na execução orçamentária de 2018.

Há, também, a possibilidade de os dados apresentados na Relação de remuneração e benefícios do quadro geral da PBH em 2018 serem uma divisão formal matemática da realidade, e não um retrato daquilo que se verifica na realidade. A ausência de resposta aos Requerimentos e o não comparecimento das autoridades em Oitiva tornam a análise inconclusiva e demonstram que a Prefeitura não tem nenhum compromisso em executar aquilo que ela própria se dispôs a realizar.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A Subação “Equipamentos de Proteção Individual” apresentou a meta física de 2.072 (dois mil e setenta e dois) Guardas Equipados e a previsão orçamentária de R\$ 1.486.723,00 (um milhão, quatrocentos e oitenta e seis mil, setecentos e vinte e três reais). Embora a meta física tenha sido superada em 6% (seis por cento) com a elevação de 9% (nove por cento) do gasto previsto, observa-se no Relatório Comparativo do Orçamento com Execução Analítico (Tabela 5) que o gasto com Equipamentos e Material Permanente foi 19% (dezenove por cento) superior ao valor orçado.

TABELA 5 - RELATÓRIO ANALÍTICO DA SUBAÇÃO EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

NATUREZA DE DESPESA	ORÇADO	LIQUIDADADO	%
Equipamentos E Material Permanente	1.300.000	1.555.819,80	119,68
Material De Consumo	186.723	74.356,96	39,82
TOTAL	1.486.723	1.630.176,76	109,65

Fonte: Elaboração própria.

Houve um problema grave na forma de contabilização da meta, tendo em vista que o Executivo considerou o total de partes de equipamento adquiridas, e não o conjunto do equipamento de proteção individual. Essa forma de contabilização da meta não permite transparência adequada à informação, além de não ser metodologicamente correta, uma vez que guardas em funções diferentes precisam de equipamentos mais simples ou mais completos, e todos estão sendo igualmente contabilizados na meta física atualmente.

No projeto de revisão do PPAG, o produto da meta física está sendo alterado para "equipamento adquirido", com previsão de 2.072 (dois mil e setenta e dois) para 2019. Essa alteração não resolve os principais problemas da meta, que são a falta de transparência e de adequação metodológica, vez que, da forma como colocada, no seu cumprimento podem ser contabilizados equipamentos de todos os tipos. Assim, a aquisição de cada capacete, joelheira e cotoveleira é somada separadamente, mesmo que sejam necessárias para equipar um único guarda.

Para o cumprimento da meta física a Prefeitura apresentou a somatória dos itens adquiridos, não efetivo adequado, demonstrando descaso na apuração de metas finalísticas.

As Subações “Escotismo na Guarda Municipal de Belo Horizonte – GMBH”, “Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de Belo Horizonte” e “Promoção de Eventos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Culturais de Interação com os Cidadãos" apresentam as metas físicas "Criança/adolescente Atendido", "Atividade Realizada" e "Evento Realizado", respectivamente.

No tocante ao planejamento orçamentário, apresentaram o mesmo problema: não contam com nenhuma previsão para Gasto com Pessoal. Tal ausência mostra-se incoerente, uma vez que a execução das Subações torna-se impossível se não forem conduzidas por pessoas. Caso não se tenham à disposição servidores da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção para conduzir a Subação, é certo que deveriam ter sido alocadas em outra área do orçamento.

Apenas a Subação "Escotismo na Guarda Municipal de Belo Horizonte – GMBH" apresentou execução orçamentária de R\$ 5.350,00 (cinco mil, trezentos e cinquenta reais), equivalente a 6% (seis por cento) do montante planejado. Tal quantia foi suficiente para a Prefeitura atender 456 (quatrocentas e cinquenta e seis) crianças e adolescente e atingir quase a totalidade da meta física prevista. Pois bem, se R\$ 5.350,00 (cinco mil, trezentos e cinquenta reais) seriam suficientes para atender a meta, não há explicação para a previsão de valor dezesseis vezes maior.

Em sua resposta, a Secretaria Municipal de Segurança de Prevenção informou que está impossibilitada de realizar qualquer atividade relacionada a esta Subação em decorrência da desatualização do cadastro da União dos Escoteiros do Brasil junto à Prefeitura de Belo Horizonte. Entretanto, contraditoriamente, há execução da meta física, mesmo diante de referida inconsistência no convênio e, ainda, da afirmada ausência de seguro de vida para as crianças e adolescentes, o que, segundo a própria secretária, seria pressuposto para a execução das atividades. (Ofício SMSP /GP nº 275/2018)

A Subação "Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de Belo Horizonte" extrapolou a meta em 20% (vinte por cento), realizando 120 (cento e vinte) das 100 (cem) atividades previstas. A Prefeitura previu R\$ 3.000,00 (três mil reais) para executá-la – ou seja, R\$ 30,00 (trinta reais) por atividade, de modo que se questiona qualitativamente esta atividade. Surpreendentemente, houve superação da meta sem dispêndio de nenhum recurso.

A Subação "Promoção de Eventos Culturais de Interação com os Cidadãos" apresentou a meta de realização de 130 (cento e trinta) eventos com o orçamento de R\$



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3.000,00 (três mil reais) – isto é, R\$ 23,00 (vinte e três reais) por evento. Ao longo de 2018, 24 (vinte e quatro) eventos foram realizados sem nenhum dispêndio de recursos. Novamente, pois, a Prefeitura levanta o questionamento do motivo pelo qual Subações sem execução orçamentária são elencadas no orçamento.

O Relatório Comparativo do Orçamento com Execução Analítico (Tabela 6) das Subações elenca os valores orçados com cada Natureza de Despesa nas Subações descritas.

TABELA 6 - RELATÓRIO COMPARATIVO DO ORÇAMENTO COM EXECUÇÃO ANALÍTICO

SUBAÇÃO	NATUREZA DE DESPESA	ORÇADO	LIQUIDADO	%
Escotismo na GMBH	Outros Serviços - Pessoa Jurídica	41.000	5.350	13,05
Escotismo na GMBH	Material De Consumo	37.000	0	0,00
Prevenção A Violência Nas Escolas Municipais De BH	Material De Consumo	1.000	0	0,00
Prevenção A Violência Nas Escolas Municipais De BH	Outros Serviços - Pessoa Jurídica	1.000	0	0,00
Prevenção A Violência Nas Escolas Municipais BH	Equipamentos E Material Permanente	1.000	0	0,00
Promoção De Eventos Culturais De Interação Com Os Cidadãos	Material De Consumo	1.000	0	0,00
Promoção De Eventos Culturais De Interação Com Os Cidadãos	Outros Serviços - Pessoa Jurídica	1.000	0	0,00
Promoção De Eventos Culturais De Interação Com Os Cidadãos	Equipamentos E Material Permanente	1.000	0	0,00
Total		84.000	5.350	6,37

Fonte: Elaboração própria.

A definição das Subações que compõem o Programa “Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte” reflete as tarefas realizadas pela Guarda Municipal, em vez de refletir os objetivos a serem atingidos, o que reforça a avaliação de que a estrutura do PPAG na área de segurança está mal planejada, dividida em Subações que dizem muito pouco sobre o que está sendo feito e almejado pela Secretaria, enquanto quase todo o valor previsto para a Segurança Pública está em uma única Subação (Operacionalização da Guarda Municipal), que acaba por concentrar todos os gastos de manutenção da estrutura da Guarda Municipal de Belo Horizonte.

2.2. PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE (242)

O Programa “Prevenção Social à Criminalidade” contém a Ação “Ações de Prevenção Social à Criminalidade” que, por sua vez, se desdobra nas Subações “Prevenção à Violência nas Escolas”, “Prevenção à Criminalidade Juvenil” e “Mediação de Conflitos e Práticas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Restaurativas”, as quais continham as metas físicas Território Atendido, Programa Implantado e Núcleo Implantado, respectivamente.

Assim como observado nas Subações “Escotismo na Guarda Municipal de Belo Horizonte – GMBH”, “Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de Belo Horizonte” e “Promoção de Eventos Culturais de Interação com os Cidadãos”, nenhuma Subação do Programa “Prevenção Social à Criminalidade” conta com o planejamento de despesas para Gasto com Pessoal (Tabela 7).

TABELA 7 - RELATÓRIO COMPARATIVO DO ORÇAMENTO COM EXECUÇÃO ANALÍTICO

Nome Subação	Nome Natureza Despesa	Orçado	Liquidado	%
Prevenção à Violência nas Escolas	Material De Consumo	1.000	0	0,00
Prevenção à Violência nas Escolas	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	260.000	8.447	3,25
Prevenção à Violência nas Escolas	Outros Auxílios Financeiros A Pessoas Físicas	0	891	-
Prevenção à Violência nas Escolas	Equipamentos E Material Permanente	1.000	2.900	290,00
Prevenção à Criminalidade Juvenil	Material De Consumo	1.000	0	0,00
Prevenção à Criminalidade Juvenil	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	51.000	958	1,88
Prevenção à Criminalidade Juvenil	Equipamentos E Material Permanente	1.000	0	0,00
Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas	Material De Consumo	1.000	0	0,00
Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	51.000	5.520	10,82
Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas	Equipamentos E Material Permanente	1.000	0	0,00
TOTAL		368.000	18.715	5,09

Fonte: Elaboração própria.

A Subação “Prevenção à Violência nas Escolas” apresentou a meta de nove territórios atendidos. Ao ser questionada sobre a delimitação de tais territórios, a Prefeitura informou que a Subação receberá o nome de “Prevenção à Violência nos Territórios, sendo que a ação nas escolas é uma parte do programa”. Pode ser que cada território corresponda a uma regional, mas, não é possível compreender o significado de uma regional atendida, tendo em vista que a Prefeitura publicou que um, dos nove territórios, foi atendido com a execução de R\$ 12.238,00 (doze mil, duzentos e trinta e oito reais), menos de 5% (cinco por cento) do orçamento previsto.

O produto da meta física escolhido (território atendido) não tem critérios claros sobre os mínimos necessários para fins de contabilização de um território como "atendido", o que inviabiliza o acompanhamento adequado dos resultados dessa política pública. Além disso, a previsão da meta física demonstra que houve falha de dimensionamento na fase de planejamento, considerando a declaração da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que um projeto-piloto será realizado no território L4, localizado na regional Leste, com a perspectiva (sem previsão) de expansão do projeto para as demais regionais ao longo do período do PPAG. (Ofício SMSP /GP nº 275/2018)

As Subações “Prevenção à Criminalidade Juvenil” e “Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas” apresentam o cumprimento de um Programa e um Núcleo implantados, respectivamente. Entretanto, conforme informado no Ofício SMSP /GP nº 275/2018, ambas estão em fase de planejamento, não sendo verídico o cumprimento da meta conforme publicado pela Prefeitura.

O produto da meta física escolhido (programa implantado) para a Subação “Prevenção à Criminalidade Juvenil” não tem critérios claros sobre a amplitude ou abrangência dos programas para fins de contabilização da meta, não permitindo o acompanhamento adequado dos resultados dessa política pública.

Haverá alteração na meta da Subação “Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas”, mas não foi especificada na resposta qual será a nova meta. A Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção informou o custo de R\$ 113.000,00 (cento e treze mil reais) para implantar um núcleo. Assim, não parece verdadeira a informação, dada pela Prefeitura, a respeito da implantação de um núcleo no exercício de 2018.

O escasso dispêndio no Programa, da ordem de 5% (cinco por cento) do orçamento previsto, está distribuído nas naturezas de despesa “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”, “Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas” e “Equipamento e Material Permanente”, conforme retrata o Relatório Comparativo do Orçamento com Execução Analítico (Tabela 7). A Prefeitura não disponibilizou o detalhamento das despesas.

2.3. BELO HORIZONTE CIDADE INTELIGENTE (302)

O Programa “Belo Horizonte Cidade Inteligente”, para o qual foram previstos R\$ 2.713.924,00 (dois milhões, setecentos e treze mil, novecentos e vinte e quatro reais), compreende as Ações “Gestão Integrada do COP-BH” e “Videomonitoramento”.

2.3.1. Ação Gestão Integrada do COP – BH



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A Ação “Gestão Integrada do COP – BH” apresenta as Subações “Gerenciamento do Centro de Operações do Município – COP”, “Implantação de Soluções Tecnológicas”, “Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas” e “Desenvolvimento e Implementação de Protocolos de Atuação Integrada” – para esta última, vale dizer, não foi previsto nenhum recurso orçamentário.

A Subação “Gerenciamento do Centro de Operações do Município – COP” executou todo o recurso destinado à ação: R\$ 894.135,27 (oitocentos e noventa e quatro mil, cento e trinta e cinco reais e vinte e sete centavos). O Relatório Comparativo do Orçamento com Execução Analítico (Tabela 8) descreve as Naturezas de Despesa nas quais os recursos foram aplicados.

TABELA 8 - RELATÓRIO ANALÍTICO DA SUBAÇÃO GERENCIAMENTO DO CENTRO DE OPERAÇÕES DO MUNICÍPIO

NATUREZA DE DESPESA	ORÇADO	LIQUIDADO	%
Locação De Mão-De-Obra	675.000	565.468,88	83,77
Material De Consumo	68.500	32.775,19	47,85
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1.595.424	302.650,30	18,97
Equipamentos E Material Permanente	10.000	0,00	0,00
TOTAL	2.348.924	1.268.894	54,02

Fonte: Elaboração própria.

A despesa com “Locação de Mão-de-Obra” refere-se à “contratação de empresas para prestação de serviços de limpeza conservação, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais de limpeza e equipamentos, bem como de serviços de apoio administrativo e operacional”. (Ofício SMS/P/GP nº 275/2018)

Por sua vez, a despesa com “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica” abarcou os seguintes serviços:

TABELA 9 – DESPESAS COM OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA DA SUBAÇÃO GERENCIAMENTO DO CENTRO DE OPERAÇÕES DO MUNICÍPIO

DESPESA	VALOR
Serviços de Telefonia - Telemar	67.518,03
Serviços de Telefonia - Claro	7.592,36
Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos - Ar condicionado	152.656,10
Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos - Elevador	19.000,00
Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos - Subestação - Engevolt	24.274,66



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Serviços de cópias e Reprodução de Documentos (Stoque)	51.031,61
Limpeza e conservação (Desinsetização e Desratização — Ddtiza)	5.078,00
Serviço de apoio Administrativo, Técnico e Operacional (Cartão combustível para gerador - Ticket)	2.263,24
Locação de veículos (Coopetur)	94.986,00
Despesas de Pronto Pagamento (Adiantamento Financeiro)	578,00
TOTAL	424.978,00

Fonte: Elaboração própria a partir do Ofício SMSP/GP nº 119/2019.

Curiosamente a Prefeitura informou no Ofício SMSP/GP nº 119/2019 execução superior em R\$ 122.327,70 (cento e vinte e dois mil, trezentos e vinte e sete reais e setenta e centavos) em relação ao valor publicado na prestação de contas no tocante à natureza de despesa “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”. A assimetria de informações insinua a alocação de gastos com o gerenciamento do COP em Subação(ões) distinta(s) ao “Gerenciamento do Centro de Operações do Município”, manobra que compromete a transparência da prestação de contas e demonstra o descaso com a Prefeitura em seguir o planejamento orçamentário.

Ao ser questionado sobre o impacto da não execução de 45% (quarenta e cinco por cento) do orçamento previsto para a subação, o Executivo informou que “Por se tratar de uma possibilidade de ingresso de recurso, a SMSP procurou realizar o seu planejamento de ações contando apenas com os valores efetivamente disponíveis na LOA e alterados pelo Decreto Municipal 16.839/2018”. Ou seja: a Prefeitura não é capaz de informar o efeito prático de quando não consegue executar o seu próprio planejamento. (Ofício SMSP/GP nº 119/2019)

O Executivo não forneceu detalhamento da despesa com “Material de Consumo”.

A meta física escolhida para a Subação “Desenvolvimento e Implementação de Protocolos de Atuação Integrada” não parece adequada, uma vez que não é representativa dos resultados alcançados ou do grau de evolução do projeto. Apesar de o produto da meta física ser “simulado realizado”, a resposta da PBH foi de que “os referidos simulados nada mais são do que as práticas rotineiras que a sala [*de controle integrado*] já está acostumada a gerir”. A Prefeitura foi incapaz de calcular o custo desta Subação e não previu nenhum recurso orçamentário para tal.

As Subações “Implantação de Soluções Tecnológicas” e “Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas” não



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

apresentaram execução orçamentária. No Ofício SMSP/GP nº 119/2019 o Executivo informou que o recurso de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) não foi realocado em outra Subação – ou seja: a Prefeitura optou por não gastá-lo em 2018.

A Prefeitura informou também que para a Subação “Implantação de Soluções Tecnológicas” estavam previstas:

“a implantação de sistema transacional, para registro e gestão do atendimento integrado de ocorrências que são tratadas na Sala de Controle Integrado (...). Também está prevista a implantação de solução de compartilhamento dos dados capturados por radares de trânsito, para recuperação de carros roubados. (...) estão sendo prospectadas no mercado, alternativas de solução integradora que elevem o patamar de gestão sobre os problemas públicos de Belo Horizonte. Tais soluções permitirão, em termos gerais, a integração de dados e imagens de ocorrências atendidas pelos órgãos presentes no COP-BH, o que abrange o **monitoramento inteligente da cidade** (...). (Ofício SMSP /GP nº 275/2018, grifo do autor).

No Ofício SMSP/GP nº 119/2019 o Executivo informou:

Já foram realizados chamamento público, apresentações no laboratório aberto da Prodabel, Provas de Conceito (POC) para apresentação de soluções e testes real efetivo no ambiente de rede corporativa da PBH e do COP-BH. Alguns foram descartados e outros continuam no processo complexo de confecção de Termo de Referência (TR) e orçamentação destas soluções.

São exemplos destes trabalhos em processo, a solução integradora para o COP-BH, câmeras com reconhecimento facial, câmeras com leitor de placas e gerador automático de alarmes de furtos e roubos, solução de plataforma web para recepção, no COP-BH de imagens de vias públicas provenientes de sistemas de videomonitoramento privados. (Ofício SMSP/GP no. 119/2019)

A Prefeitura previu, para atender aos objetivos por ela descritos, o montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). A ideia seria implantar quatro soluções – ou seja: cada solução teria custo médio de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), o que evidencia que o recurso é insuficiente para atender ao que se propõe. A atual gestão evidencia sua postura política de negligenciar a aplicação de tecnologias de inteligência no município e, na ausência de ações coordenadas, condena o Centro de Operações à obsolescência.

No tocante à Subação “Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas”, a meta física utilizada reflete os objetivos e a forma de execução da Subação. Os territórios tidos como monitorados são aquelas regionais do município que possuem algum tipo de ação que utilize a metodologia Gestão Integrada de Segurança e Prevenção (GISP). No entanto, essa forma de medição não se mostra a mais indicada, tendo em vista que considera igualmente todas as regionais em que alguma atividade



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

desse tipo está sendo desenvolvida, independentemente de seu volume, impacto ou abrangência.

2.3.1. Ação Videomonitoramento

A Ação “Videomonitoramento” apresenta as Subções “Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em Equipamentos Municipais”, “Implantação de Videomonitoramento na Cidade” e “Manutenção de Pontos de Videomonitoramento”, para as quais foram previstos R\$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil reais).

A Subação “Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em Equipamentos Municipais”, apresentou a meta de implantar o CFTV em 120 (cento e vinte) equipamentos públicos com a previsão orçamentária de R\$ 101.000,00 (cento e um mil reais), o que significa um gasto de, aproximadamente, R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais) por estabelecimento.

Se no orçamento de 2017 cada ponto de câmera externa custou, em média, cerca de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), a estimativa de R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais) por estabelecimento para instalar o circuito interno de televisão, valor 32 (trinta e duas) vezes menor, não condiz com a realidade.

Os equipamentos públicos de Saúde, Educação e Assistência Social selecionados apresentaram, até abril de 2018, 1.029 (mil e vinte e nove) ocorrências. Contudo, a Prefeitura não dará continuidade à Subação “Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em Equipamentos Municipais” no ano de 2019.

No Ofício SMSP/GP nº 119/2019 a Prefeitura informou que “cabe a cada Secretaria, responsável por cada equipamento público, demandar os projetos específicos, bem como destinar orçamento próprio para a execução dos trabalhos.” Com a descontinuidade desta Subação, o Executivo pretende:

Fazer gestões com as Secretarias através dos (GISPs) para que soluções de monitoramento e videomonitoramento sejam implementados com alguns padrões mínimos de interoperabilidade Realizar reuniões com os gestores para mostrar soluções mais eficazes de monitoramento eletrônico e sua interligação técnica e operacional.

Desta forma, a Prefeitura delega aos gestores das áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, que deveriam centralizar os seus esforços na condução de suas atividades finalísticas, a incumbência de traçar estratégias de promoção da segurança de próprios públicos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

e usuários. Tarefa esta que, obviamente, deveria ser executada pela Secretaria de Segurança e Prevenção conciliando a aplicação de recursos tecnológicos à distribuição do efetivo da Guarda Municipal.

Apenas a Subação “Implantação de Videomonitoramento na Cidade” apresentou execução orçamentária com a Natureza de Despesa “Equipamentos e Material Permanente” na quantia de R\$ 145.749,60 (cento e quarenta e cinco mil, setecentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos), despesa que se refere à aquisição de câmeras e equipamentos em substituição a outros com defeito, roubados ou vandalizados, conforme informado pela Prefeitura. Assim, esse gasto não se refere à implantação de novos pontos, que seria o objetivo da Subação. Isso mostra que houve falha de planejamento e possível prática de conduta ilícita por parte da Prefeitura, vez que o gasto deveria constar da Subação “Manutenção de Pontos de Videomonitoramento”, que, por sua vez, apresentou ínfimo valor orçado.

No Ofício SMSM/GP nº 119/2019 o Executivo informou o orçamento de R\$ 14.800.000,00 (catorze milhões e oitocentos mil reais) para a “Implantação de Videomonitoramento na Cidade”, montante que não foi aprovado. Quanto à meta de 185 (cento e oitenta e cinco) pontos com videomonitoramento, a Secretaria esclareceu que:

A meta é composta por **150 novos pontos** identificados através de estudo realizado pela SMSM, **onde não existia nenhuma cobertura por câmeras e em locais com uma mancha criminal relevante**, além disso mais 35 câmeras estavam previstas e aprovadas no somatório dos Orçamentos Participativos de 2009/10 (Parque 1º de Maio e Parque Nossa Senhora da Piedade) e 2005/16 (bairros Santa Amélia, Camargos, Gutierrez, Santa Tereza e Califórnia).

Todo o levantamento inicial de localização e estudo básico foi realizado sendo também aberto um chamado na Prodabel para a confecção do referido Termo de Referência e posterior licitação. Entretanto, não há previsão orçamentária para a SMSM dar continuidade no referido Termo e no trâmite licitatório fazendo com que não conseguíssemos cumprir a meta pactuada. Quanto às câmeras do Orçamento participativo, ainda não houve liberação de recursos financeiros para a execução da demanda.

A descontinuidade da Subação “Implantação de Videomonitoramento na Cidade” ignora o diagnóstico técnico produzido pela Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, desamparando-a de recursos tecnológicos com o potencial de otimizar a alocação do efetivo da Guarda Municipal em locais já identificados com uma “mancha criminal relevante”.

A Prefeitura previu R\$ 3.000,00 (três mil reais) para a Subação “Manutenção de Pontos de Videomonitoramento”, o que corresponde a R\$ 9,00 (nove reais) para cada uma das



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

336 câmeras instaladas no município. Seria inverossímil considerar a presença de análise técnica para a previsão deste orçamento. A insignificante previsão indica que a Prefeitura, ao realizar o planejamento do orçamento, não estava de fato interessada em proceder com a manutenção dos pontos de videomonitoramento da cidade.

Belo Horizonte apresenta um parque de câmeras que gradativamente param de funcionar e a Prefeitura não aloca recurso suficiente para a realização de manutenção. Para piorar o cenário, a Subação “Implantação de Videomonitoramento” será descontinuada no exercício de 2019. O Centro de Operações da cidade, quando de sua inauguração, chegou a ser considerado o melhor centro de tecnologia assistiva do país, contudo, no que depender do atual contexto, está sob o risco de se transformar em um prédio que servirá para acompanhar as câmeras que ainda estiverem funcionando em Belo Horizonte.

2.3. SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (89)

O Programa “Serviços de Iluminação Pública”, para o qual foram previstos R\$ 97.037.500,00 (noventa e sete milhões, trinta e sete mil e quinhentos reais), compreende a Ação “Controle das Operações de Iluminação Pública” subdividida nas Subações “Controle das Operações de Iluminação Pública” e “Ampliação de Redes de Iluminação Pública”. Ambas apresentam Meta Administrativa, impossibilitando associar a aplicação dos recursos ao cumprimento de algum objetivo.

A Subação “Controle das Operações de Iluminação Pública” executou cerca de R\$ 66.500.000,00 (sessenta e seis milhões e quinhentos mil reais), sendo R\$ 15.590.000,00 (quinze milhões, quinhentos e noventa mil reais) com a contraprestação dos serviços prestados pelo Consórcio BH Iluminação Pública (BHIP).

TABELA 10 – RELATÓRIO ANALÍTICO DA SUBAÇÃO CONTROLE DAS OPERAÇÕES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

NATUREZA DE DESPESA	ORÇADO	LIQUIDADO	%
Contraprestação De Serviços	15.572.000	15.591.134,26	100,12
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	59.915.300	49.337.198,98	82,34
TOTAL	79.441.648	66.499.877,91	83,71

Fonte: Elaboração própria.

Do recurso executado com “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”, R\$ 49.337.000,00 (quarenta e nove milhões, trezentos e trinta e sete mil reais) cobriu despesas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

junto à CEMIG e à empresa Ernst & Young Assessoria. Embora questionado, o Executivo não se pronunciou acerca dos valores destinados a cada uma das empresas na execução orçamentária de 2018. É sabido que o contrato com a empresa Ernst & Young Assessoria tem o valor estimado de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) para prestação de serviço de verificação independente de contrato de concessão celebrado entre o município de Belo Horizonte e a Concessionária BHIP.

A Subação “Ampliação de Redes de Iluminação Pública” executou R\$ 21.120.000,00 (vinte e um milhões, cento e vinte mil reais) dentre despesas com “Obras e Instalações” e “Despesas decorrentes de contrato de Parceria Público Privada” – Tabela 11.

TABELA 11 – RELATÓRIO ANALÍTICO DA SUBAÇÃO AMPLIAÇÃO DE REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

NATUREZA DE DESPESA	ORÇADO	LIQUIDADO	%
Obras E Instalações	1.028.200	328.176	31,92
Despesas Decorrentes De Contrato Parceria Público Privada	20.000.000	20.792.193	103,96
TOTAL	21.028.200	21.120.369	100,44

Fonte: Elaboração própria.

O recurso aplicado com “Obras e Instalações” arcou com “despesas referentes aos serviços de remoção ou realocação de postes em função da interferência nas obras executadas pela SMOBI”.

A Prefeitura não confirmou se o dispêndio de R\$ 21.120.000,00 (vinte e um milhões, cento e vinte mil reais) é referente ao contrato com o Consórcio BHIP.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3. ENCAMINHAMENTOS AO PODER EXECUTIVO

Os dados e informações oriundos da Auditoria de Conformidade guarnecem a elaboração de encaminhamentos para a Prefeitura, que compõem o último capítulo deste relatório.

Orçamento público é o instrumento utilizado pelo Governo Municipal para planejar a utilização do dinheiro arrecadado com os tributos. Esse planejamento é essencial para oferecer serviços públicos adequados, além de especificar gastos e investimentos que foram priorizados pelo Executivo.

Uma vez que o orçamento detalha as despesas, pode-se acompanhar as prioridades do governo para cada ano, como, por exemplo, com o gasto na Segurança Pública. Esse acompanhamento contribui para fiscalizar o uso do dinheiro público e a melhoria da gestão pública. A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), entretanto, não estrutura o orçamento da Segurança Pública para viabilizar a fiscalização do uso dos recursos públicos.

A Auditora de Conformidade denuncia que o Poder Público em Belo Horizonte não está minimamente preocupado em apurar metas finalísticas, sendo patente a falta de qualidade na extração das informações, o que é muito grave. Percebe-se que a PBH não mede o que está sendo feito e nem qual é o resultado alcançado com as suas ações. O planejamento e execuções orçamentárias não possibilitam a medição da entrega dos serviços.

Se a informação disponibilizada pelo Executivo é ruim e mal trabalhada, praticamente impossibilita avaliar a qualidade do gasto, vez que dificulta o entendimento de como exatamente o dinheiro foi gasto. Se a PBH não propõe metas adequadas, se ela não mede adequadamente o que está fazendo, é difícil criticar e apreciar o gasto que está sendo promovido na cidade. Na sistemática atual, nem mesmo o próprio Executivo consegue analisar com critério o que mudar para melhorar a qualidade do gasto.

Em Oitiva realizada no dia 04 de julho de 2018, na 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, o Secretário Municipal de Segurança e Prevenção Sr. Genílson Ribeiro Zeferino, o Comandante da Guarda



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Municipal de Belo Horizonte Sr. Rodrigo Sérgio Prates e o Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção Sr. Filipe Galgani tomaram conhecimento da necessidade de aperfeiçoamento das metas para adequar a mensuração de seu objeto e dos indicadores, que deveriam registrar o que realmente importa: a efetividade dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção.

As autoridades reconheceram o mérito da fiscalização desempenhada pelo Grupo de Trabalho, sua contribuição para a excelência da prestação do serviço público, assim como a fragilidade das metas e sua mensuração, e a ausência de indicadores efetivos e de séries históricas acessórias para a tomada de decisão.

Metas e indicadores são imprescindíveis para a avaliação, manutenção e aprimoramento dos projetos. Contudo, a Prefeitura insiste em tratar o planejamento como uma atividade meramente formal e propõe indicadores que não apontam os desdobramentos do gasto com Segurança Pública, tais como “Quantitativo de viagens acompanhadas na Operação Viagem Segura”, “Quantitativo de registros de furtos nos Centros de Saúde”, “Quantitativo de registros de furtos nas UPAs” e “Quantitativo de ocorrências nas Escolas Municipais com encaminhamentos aos órgãos de atendimento ao adolescente autor de ato infracional”.

A Prefeitura não adota a diminuição do número de registros ou a diminuição do número de furtos como indicadores, mas se os registros estão ocorrendo. A Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção mede, portanto, se os registros estão sendo realizados – tão somente! Em que pese a notória importância da coleta de dados, obviamente o objetivo deste Órgão não é se tornar um agente estatístico da criminalidade na cidade, mas sim de promoção e manutenção da Segurança Pública.

Cabe ainda destacar que, não obstante as críticas já feitas no passado, os indicadores propostos pela Prefeitura em 2018 continuam sendo limitados. É fato que ocorrem outros crimes em Unidades de Pronto Atendimento (UPAS) e Centros de Saúde e há outros próprios públicos para atuação da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção. Quanto ao “Quantitativo de viagens acompanhadas na Operação Viagem Segura”, o que se busca conhecer é se a presença do agente cumpre com o objetivo de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

reduzir a criminalidade no transporte público – e não quantas viagens são acompanhadas pelo Guarda Municipal.

A Prefeitura não pode medir apenas o que lhe convém. O Grupo de Trabalho propôs em 2018 a inclusão dos indicadores “Percentual de redução de crimes ocorridos no transporte público coletivo”, “Percentual de redução de crimes ocorridos em equipamentos públicos municipais de saúde”, “Percentual de redução de crimes ocorridos em equipamentos públicos municipais de educação”, “Taxa de roubos por 100 mil habitantes”, “Taxa de furtos por 100 mil habitantes” e “Percentual de redução de crimes de intolerância”, que seriam mais adequados para averiguar se o dinheiro executado com Segurança Pública surte algum efeito positivo na população.

Acerca dos “Equipamentos de Proteção individual”, um indicador mais adequado seria, por exemplo, o percentual de guardas municipais que se encontram devidamente equipados, considerando-se o tipo adequado de equipamento conforme as funções que exerce.

A presença ostensiva da Guarda Municipal pela cidade, em tese, deveria contribuir para a redução de roubos e furtos, ainda que a repressão a tais modalidades criminosas não seja de competência específica da Guarda Municipal. Por isso a medição seria interessante, para entender se houve impacto.

Se a Prefeitura realiza o mapeamento das zonas quentes de furto e roubo e observa uma redução da prática de tais crimes nos pontos em que a Guarda encontra-se presente de forma estática, é possível afirmar que a presença dela é eficaz. Se não é observada tal diminuição, é um indicativo de necessidade de readequação da Política de Segurança Pública em exercício.

Com base na análise da peça orçamentária dos anos de 2017 e 2018, não é possível compreender o critério técnico para alocação de recursos em veículos de médio porte, como *Jeep Renegade* e caminhonete do tipo *Amarok*, nem se essa escolha respeita a economicidade dos recursos públicos.

Há uma série de denúncias de sobreposição da Guarda Municipal com a Polícia Militar. Em compensação, há zonas de esvaziamento de presença de ambas as forças. A Guarda precisa saber onde a Polícia Militar está para que ela esteja em outro lugar.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Patrulhamento aleatório é uma forma eficiente de desperdiçar recurso público. Os carros perambulam a esmo pela cidade. Há notícia de uso dos veículos para atividades particulares. A chance de tal estratégia colaborar com a promoção da Segurança cabe à coincidência de o crime ocorrer no momento em que determinada viatura ali se encontra. Dai faz-se necessário distribuir o efetivo com inteligência, estrangulando os pontos de fuga dos criminosos.

O trabalho da Guarda Municipal, definitivamente, precisa ser melhor planejado e orientado. O Executivo não pode se furtar em prestar contas quando provocado nem se esconder atrás de respostas superficiais e evasivas.

A Prefeitura não alocou recurso suficiente para a implantação de *softwares* de inteligência. As imagens captadas pelas 336 (trezentas e trinta e seis) câmeras dispostas na cidade, atualmente, só têm utilidade se, no momento da ocorrência, há um agente olhando para a tela.

Há solução de software de área vedada, que informaria a Guarda Municipal movimentação suspeita nos próprios públicos, por exemplo. Os portais de segurança podem informar prontamente a circulação de veículos roubados. Entretanto, o único recurso que a Prefeitura gasta com inteligência vai para atividades de zeladoria e manutenção predial do Centro de Operações.

É descabida a alocação de cerca de R\$ 163.000.000,00 (cento e sessenta e três milhões de reais) com Gasto de Pessoal e não investir qualquer quantia sequer em implantação de tecnologia que venha a otimizar a prestação dos serviços públicos de segurança.

A Prefeitura orçou R\$ 1.263.000,00 (um milhão, duzentos e sessenta e três mil reais) em naturezas de despesa diversas que não foram executadas. O valor previsto para “Material de Consumo” na Subação “Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte”, R\$ 1.355.000,00 (um milhão, trezentos e cinquenta e cinco mil reais) é desproporcional aos R\$ 10.000,00 (dez mil reais) previstos para a “Implantação de Soluções Tecnológicas”, ainda mais considerando que o primeiro se refere a despesas com material de escritório, protetor solar, espargidor e afins.

O valor previsto para esse tipo de gasto é muito superior a todo o previsto para o programa de Prevenção à Violência, R\$ 368.000,00 (trezentos e sessenta e oito mil



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

reais). Ainda por cima, apenas 3% (três por cento) do valor previsto foi gasto no acumulado nos dois primeiros quadrimestres, o que só mostra a falta de planejamento para a alocação desse recurso, que poderia ter sido alocado em outra área mais necessitada.

Ao descontinuar a Subação “Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em Equipamentos Municipais”, a Prefeitura escolhe em não investir em tecnologia, sendo que a Guarda Municipal não é capaz fisicamente de promover a Segurança em todos os próprios públicos do município.

O Executivo insiste em não divulgar em sua prestação de contas quadrimestral o detalhamento por item de despesa das Subações. A análise da prestação no formato atual não permite distinguir uma natureza de despesa com “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”, o que foi gasto com pagamento da conta de energia, serviços de consultoria, aluguel de veículos, manutenção de ar condicionado ou serviços de zeladoria. Tal nível de detalhamento está disponível para consulta no Sistema Orçamentário/Financeiro/Contábil – SOF utilizado pela Prefeitura, que opta por não conceder tal acesso à Câmara Municipal, atitude esta que prejudica as atividades de fiscalização pertinentes aos parlamentares por expressa previsão constitucional.

Belo Horizonte, 27 de maio de 2019.

Vereador– **MATEUS SIMÕES**

Relator - Partido NOVO